

192-65
2648
Kamel

Despacho sob n.º 68 fls. 16 do livro n.º 01

às 14.32 horas, ao Offício 1.º

aguardando 22 de 05 de 1992

ATINOEL LUIZ CARDOSO

—ADVOGADO—

Despachador (e)

HIROMASA MIQUITERA

"EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE IGUATEMI-EST.MS."

FLS 02

10

I. D. R. A.

II. Exposto devidamente fundamentado e instruído, a respeito do risco de abuso ao trabalho, de fato limitando o período "período de trabalho" (art. 932 do CPC), determinando o expediente de providências proibitivo contra as requisições, assinando-lhes a sua publicação requerida.

III. Retirar as requisições para serem encaminhadas a o os nos 5 dias subsequentes a

Dr. II. R. A.

Dr. *[assinatura]* Antônio Cláudio

JUIZ DE DIREITO

OCTAVIO JUNQUEIRA LEITE DE MORAES

Proc. N.º 1008/96

Fls. 204

Rubrica

e sua esposa dna. ELZA JUNQUEIRA LEITE DE MORAES,

brasileiros, casados, agropecuaristas, residentes e domiciliados na Fazenda Olaria, Município e Comarca de Orlândia, do Estado de São Paulo, titulares do CPF.n.007.258.898-53, por seu advogado, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor contra silvícolas das tribos Kaiwa e Guarani, originados do posto indígena Sossoró, por sua comunidade e representação e, o órgão tutelar, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - Funai, com sede em Brasília, Distrito Federal, legalmente representada através Delegacia Regional, em Campo Grande, Capital do Estado, pretendendo lhes seja deferido judicialmente,.....

..... "INTERDITO PROIBITÓRIO"..... com fulcro no artigo 501 do Código Civil cc. com o artigo 932 do Código de Processo Civil, para tanto expondo e requerendo:

INSTITUTO SOCR AMBIENTAL

Data

Cod. GKDD00143

ATINOEL LUIZ CARDOSO
—ADVOGADO—

FLS 03
[assinatura]

1.

OS FATOS.

Proc. N.º 1008/96
Fls. 205
Rubrica *[assinatura]*

fl.2

Os postulantes são proprietários de imóvel rural, situado no município de Tacuru, termo desta Comarca, com área de 4.684,4136 has. (quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro hectares, quarenta e um ares e trinta e seis centíares), denominada "Fazenda São José", havida por justo título e posse, com limites e confrontações determinadas e instrumentos públicos, devidamente registradas no CRI. da Comarca, com anuência do Conselho de Segurança Nacional.

Em 27 de abril de 1986, o imóvel foi invadido por indígenas, fixando-se ao sul da propriedade, apossando-se, clandestinamente de aproximadamente 700 has (setecentos hectares) de terras.

Imediatamente os postulantes ajuizaram AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, sendo deferida liminar de reintegração de posse, presentes os requisitos previstos no Código de Processo Civil.

A medida foi cumprida, instruída a causa, certo que se encontra o feito conclusos para sentença.

Entretanto, na madrugada deste dia, à sotaina, aconteceu um movimento de indígenas, certo

Proc. N.º 1008/96
Fls. 206
Rubrica

FLS 04
10

ATINOEL LUIZ CARDOSO
—ADVOGADO—

aconteceu um movimento indígena na região, certo que culminou com a invasão de imóvel rural, denominado "Fazenda Modelo", que faz testada com o imóvel dos postulantes, tendo-se notícias de que aquele imóvel foi invadido por quase 500 (quinhentos) indígenas.

Frise-se que a ação de reintegração de posse ajuizada pelos postulantes perante este E.Juízo, foi decorrente de invasão dos indígenas que primeiramente, invadiram a fazenda Modelo, certo que à partir desta, é que ocorreu a invasão da Fazenda São José, exatamente na parte em que faz testada com a Fazenda Modelo.

E, objetivando resguardarem-se de serem novamente molestados na posse legítima, e mais, com o fito de salvaguardar o regular andamento do feito, que se encontra conclusos para sentença, os postulantes valem-se do presente interdito, de modo a se evitar incidentes, principalmente processuais, causados pelos indígenas que demonstram espírito emulativo, ou influenciados pelo movimento ecológico, denominado de Eco 92, a ser realizado no estado do Rio de Janeiro, que frise-se, de modo algum altera o statu quo ante, e nem tampouco a titularidade e posse legítima dos autores.

Desde logo denuncia-se o movimento, e mais, a invasão deu-se sob o manto de absoluta ilegitimidade, estribada em fotocópia despida de regular autenticação. Por tudo se justificando a medida.

ATINOEL LUIZ CARDOSO
—ADVOGADO—

Proc. n.º	1008/96
Fls.	207
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

fl.4

2.

O DIREITO.

O possuidor, que tema ser molestado na sua posse, pode impetrar ao Juiz que o assegure de violência iminente, conforme dicção do artigo 501 do Código Civil e argição 932 do Código de Processo Civil.

Incumbe ao autor provar, exige o art. 927 por força do art. 933 do CPC. "mutatis mutandis" a posse; a turbação ou o receio de moléstia da posse.

A posse dos postulantes é mais que trintenária e as investidas dos postulados não lograram o esbulho pretendido. Entretanto, temem os postulantes voltem eles à carga e do dia para a noite, promovam a invasão no imóvel dos postulantes, criando incidente e prejuízos para os postulantes, certo que - o feito se encontra conclusos para sentença.

A turbação é atestada pelo documento incluso, onde se demonstra o ânimo dos postulados invadirem o imóvel.

Por isso, com fundamento nos artigos 501 do Código Civil e 932, combinado com os artigos 926 e seguintes do Código de Processo Civil, venia,
REQUEREM: *[assinatura]*

ATINOEL LUIZ CARDOSO
—ADVOGADO—

Proc. nº 1008/96
Fls. 208
Rubrica

FLS 06
10

fl.5

A) - Seja deferido liminarmente, inaudita altera parte, (art.928 do CPC.), mandado proibitório contra os postulados, em que se culmine a pena pecuniária de 5.000 (cinco mil) UFIR., por dia, caso transgridam o preceito judicial (art.932).

B) - Sejam citados os postulados na pessoa do procurador, para contestar querendo.

C) - Seja afinal a ação julgada procedente e os postulados condenados às penas da sucumbência.

Dando-se ao feito o valor de CR\$3.000.000,00 (tres milhões de cruzeiros), para fins de alçada.

Termos em que,

PP.Deferimento.

Iguatemi-MS., 21/maio/1992.

PP.Dr.Atinoel Luiz Cardoso

OAB.MS.2682

ATINOEL LUIZ CARDOSO
—ADVOGADO—

"Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Comarca de Iguatemi-MS."

I. O Sr. Juiz, como consta:
II. O Sr. Juiz de Direito, Presidente do Poder Judiciário, para a providência requerida, tem como a Realidade do Poder Judiciário, mas a providência no que se refere, reunidos, com os atos necessários, como processo n. 67/92.

classe e, de acordo com o

III. O Sr. Juiz, reunidos com o Sr. Juiz, para as
classe e, de acordo com o, para a providência.

IV. O Sr. Juiz, reunidos com o Sr. Juiz, para as

OCTAVIO JUNQUEIRA LEITE DE MORAES

e sua mulher, qualificados nos autos de

PROCURADOR aforado perante este Emérito Juízo e Cartório, contra indígenas das tribos Kaiwa e Guarani, originados da reserva indígena Sossoró, situada no município de Tacuru, por sua comunidade e representação, e o órgão tutelar, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - Funai-, por seu advogado e bastante procurador, respeitosamente vêm perante Vossa Excelência para expor e requerer:

Os Suplicantes ajuizaram a presente ação de modo que o Judiciário lhes assegurasse os direitos emergentes, feito proprietários legítimos de área rural invadida pelos indígenas, cujo feito reintegratório tem tramitação perante este E. Juízo, de modo a impedir turbacão, ou serem molestados na posse legítima, derivada de justo título de propriedade à vista de os Suplicantes

ATINOEL LUIZ CARDOSO

—ADVOGADO—

fl.2

Suplicados, inequivocamente, demonstrarem o ânimo de invadir o imóvel dos Suplicantes, sob o pretexto de medirem o imóvel .

Assegurados os Suplicantes com liminar concedida por este E.Juízo, agora os Suplicados no dia 17 de junho pp., através do Sr. Luiz Cesar de Azambuja Martins, -Administrador Regional da Funai-, em total desprezo e menoscabo à decisão deste Emérito Juízo, ameaça o administrador, informando que a sentença deste E.Juízo nada representa à vista da portaria ministerial, esquecendo-se, por conveniência, que a área está sub judice força de ação reintegratória. A moléstia à posse, encontra amparo no interdito possessório, assegurando ao proprietário o exercício regular dos direitos emergentes da posse, - assegurando-lhe proteção legal.

Assim e pelo exposto, requer de Vossa Excelência seja oficiado ao Comando da Policia Militar, de modo que assegure o policiamento na área, em função da decisão judicial proferida nos autos de INTERDITO PROIBITÓRIO, assegurando, em reforço, a medida. Informa os Requerentes que suportarão os ônus com alimentação e pouso para os policiais, sob suas expensas, visando tal medida, simplesmente evitar outros tumultos processuais.

Frise-se, por derradeiro, que

ATINOEL LUIZ CARDOSO

—ADVOGADO—

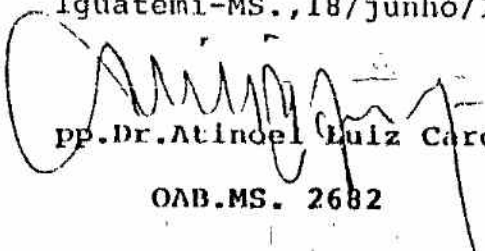
fl.3

medidas legais estão sendo providenciadas junto ao Ministério da Justiça, no sentido de que sejam respeitadas as decisões judiciais proferidas nos autos de Reintegração de Posse, agravos de instrumento, mandados de segurança, e interdito proibitório.

Termos em que,

P.Deferimento.

Iguatemi-MS., 18/junho/1992.


pp.Dr.Atinoel Luiz Cardoso

OAB.MS. 2682



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - 2.ª SUER

Administração Regional de Amambai

CT Nº 006/ADR/AMB/MS

Amambai-MS, 15 de junho de 1.992.

Senhor Proprietário,

Informo a V.Sª., que em consequência da Portaria nº 244 de 20 de maio de 1.992, do Sr. Ministro da Justiça, esta Fundação está promovendo a demarcação da Área Indígena "Jaquapiró" no município de Tacuru-MS, onde esta propriedade incide.

Tal medida não poderá ser interrompida ou obstaculizada por pessoas estranhas ao grupo indígena, quer sejam camponeses ou outros, conforme prescreve o Artigo 10 em seu parágrafo 1º da Lei nº 6001/73, e, ainda assim para evitarmos aborrecimentos desnecessários e quaisquer outros incidentes.

Assim, ao V.Sª., achar necessário, solicitamos que entre em contato conosco a fim de dissiparmos quaisquer dúvidas que venham a surgir.

Atenciosamente.

Luiz Cesar de Alambina Martins
ADMINISTRADOR REGIONAL
ADR-Amambai, PP Nº 116,92, de 01.03.92

A FAZENDA SÃO JOSÉ
MUNICÍPIO DE TACURU-MS.

Cartório Jurdellno José Moreira
1.º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
COMARCA DE IGUAPEMI - MATO GROSSO DO SUL
Edith Andrade Moreira - Gelson Andrade Moreira
Tabelião Oficial Maior
CGC 15.403.033/0001-50

CONFERIDO E CONSERTADO COM O ORIGINAL.

IGUAPEMI, 17 DE JUNHO DE 1992

TABELIAU